

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA EM BENJAMIN CONSTANT, AMAZONAS

José Maria Trajano Vieira¹

Primeiramente gostaria de agradecer ao convite da ABA para participar como palestrante/debatedor neste **Fórum Especial sobre Graduação em antropologia no Brasil: experiências e perspectivas**. Neste breve relato apresentarei uma versão, baseada em minha experiência pessoal de ensino de graduação como professor de antropologia, sobre a implantação e funcionamento do Bacharelado em Antropologia no Instituto Natureza e Cultura, da Universidade Federal do Amazonas, Campus Benjamin Constant, instituição na qual estou como professor desde maio de 2008, ou seja, há pouco mais de dois anos. Então eu vou falar um pouco sobre esse processo.

Para quem não sabe, Benjamin Constant fica no Alto Solimões, na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru. Esse é um local bastante estratégico para se fazer antropologia. Ali, nesta região do Estado do Amazonas, temos uma grande diversidade étnica, tanto no Vale do Javari quanto no Alto Solimões. Também temos uma diversidade cultural devido a essa situação de fronteira entre esses três Estados nacionais.

A história do Curso de Graduação de Bacharelado em Antropologia do Instituto Natureza e Cultura está diretamente relacionada ao Departamento de Filosofia da UFAM em Manaus, onde em 1978, foi criado o “Projeto de Estudos e Pesquisas Antropológicas”, e o Curso de Extensão em Antropologia Amazônica. O referido curso de extensão

teve como um de seus objetivos o de estruturar um currículo para cursos a serem oferecidos pela Universidade, especialmente de um futuro curso de Graduação em Antropologia. Entre os professores desse curso de extensão figurava Carmem Junqueira, a qual desenvolveu o tema: “Estruturação do Curso de Graduação em Antropologia e a Importância para a realidade regional”. Esse curso de antropologia vem sendo implantado efetivamente em Benjamin Constant a partir do segundo semestre de 2006, quando a primeira turma de 50 alunos, selecionada por meio de vestibular, inicia o curso, portanto, esse curso em Benjamin Constant é o primeiro curso de graduação em Antropologia em funcionamento numa Instituição Federal de Ensino no Brasil. Hoje já estamos na quinta turma. Já tem o pessoal que está para se formar esse ano de 2010, a primeira turma já está elaborando monografia. Então eu vou falar um pouco sobre o corpo docente e sobre o corpo discente.

À medida que o tempo possibilite, farei um breve relato sobre a história da antropologia na Amazônia porque a Amazônia, principalmente a região do Alto Solimões, sempre foi vista como um campo de pesquisa no qual os antropólogos não pensavam tanto em se fixar. Tanto é que para a área de antropologia em Benjamin Constant a instituição tem promovido concursos para provimento efetivo, sendo pequena a disputa por esses cargos. Quando prestei o concurso em 2008 dos três candidatos aprovados apenas eu assumi, até porque eu já lecionava no curso como professor substituto, os outros dois desistiram de ocupar a vaga. Enfim, a UFAM tem enfrentado esse problema da pouca atração de docentes capacitados que queira fixar residência em Benjamin Constant, um município bastante extenso, mas com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, quase a metade dessa população vivendo em comunidades ribeirinhas e indígenas. Essa cidade oferece pouca infra-estrutura urbana, especialmente para quem chega de certas regiões do centro-sul do Brasil, mais urbanizadas, é flagrante o contraste e a adaptação nem sempre é fácil, sem falar nas diferenças culturais entre a população local e os que chegam dessas regiões. Em 2009, foi realizado mais um concurso para professor com o objetivo de preencher as vagas remanescentes e as novas vagas que foram abertas. Nesse concurso foram aprovados e tomou posse, cinco professores para a área de antropologia e um para a de

sociologia. Já neste ano de 2010, foi aprovada em concurso mais uma professora, com mestrado em antropologia, para o curso.

Um dos problemas iniciais do curso foi justamente o de não ter um número suficiente de docentes para poder ministrar as disciplinas da grade curricular do curso e estar formando essas primeiras turmas. Para suprir parte dessa demanda alguns professores do departamento de antropologia e do de filosofia da UFAM de Manaus ministraram cursos intensivos de férias, em Benjamin. Tais como os professores Paulo Monte, Raimundo Nonato, Basini Rodrigues e Raquel Wiggers. Desde o início são 50 alunos que entram no curso anualmente, assim se não houvesse evasão teríamos agora 250 alunos, mas nesse caminho aconteceu que mais da metade das primeiras duas turmas foi desistindo e a evasão ainda continua nas turmas mais recentes. O prazo mínimo para a conclusão do curso é de nove semestres, equivalente a quatro anos e meio e o máximo é de 14 semestres, equivalente a sete anos. O horário de funcionamento do curso é diurno.

Como dissemos, a Amazônia tem colaborado na construção do conhecimento antropológico, sobretudo como *locus* de estudos desenvolvidos por pessoas e instituições (brasileiras e estrangeiras). Até hoje há muitos antropólogos que vêm do exterior, da Europa, dos Estados Unidos, ou mesmo do centro-sul e do nordeste do Brasil e vão pesquisar nessa região por um tempo e logo retornam para seus locais de origem. Agora com a presença da Universidade Federal do Amazonas na área o desafio é também formar a nível superior o pessoal da própria região, preparando-os para participação nos debates que lhes afetam, para fazerem suas próprias pesquisas e para formularem novas questões a serem abordadas pelas pesquisas antropológicas. Não esquecendo, é claro, da articulação da região do Alto Solimões com o resto do Brasil e do mundo. Só que devido até a certa dificuldade na formação desses alunos, e aí eu cito o Luiz de Castro Faria quando ele escreve em “A Antropologia no Brasil...” sobre a necessidade do distanciamento, para ele: “*a observação é que era participante, questão de método; agora a pesquisa é que é participante, questão de ideologia assumida e militância política.*” (FARIA, 1993:102).

Sobre essa questão da militância, como os alunos são da própria região, alguns têm simpatia por algum grupo local, já vêm dos mo-

vimentos sociais ou da experiência pessoal ou familiar cotidiana em algum segmento, e acabam colocando essa militância, essa ideologia, certa sociologização e politização da antropologia, acima do próprio conhecimento antropológico. Então, a meu ver, é “querer colocar o carro na frente dos bois” e querer fazer militância sem ter fundamentação antropológica sólida que dê sustentação as suas reivindicações e, muitas das vezes, boas intenções. Isso que estou falando aparece nos próprios projetos de monografia, participamos de uma rodada de apresentação dos projetos da primeira turma do curso, onde pudemos notar que grande parte dos trabalhos deles são bastante voltados para a formulação de políticas públicas.

Se por um lado a região carece dessas políticas, por outro acredito que da maneira imediatista como alguns alunos de antropologia pensam em resolver os problemas sociais históricos da região, a própria antropologia acaba perdendo com isso, pois alguns projetos de antropologia caberiam melhor num curso de serviço social ou de outra área que não a antropologia. Por exemplo, alguns alunos falam “precisamos ajudar os índios do Vale do Javari que estão morrendo de malária e hepatite”. É evidente que como cidadãos e membros da academia temos o direito de nos indignar com essa situação vivida pelos índios e por outros segmentos da sociedade também, mas, para mim, esse interesse não pode desviar o aluno da necessidade de ter uma formação sólida em antropologia, antes de tudo. É preciso despertar o interesse dos nossos alunos para a importância da teoria antropológica, ainda que os textos mais teóricos pareçam, para alguns, pouco atraentes e desmotivadores. Eu mesmo, por exemplo, durante minha vida profissional, antes de me tornar docente já dei pareceres e elaborei laudos e conheço as exigências das agências que bancam essas consultorias e da base antropológica que você tem que ter para realizar esse tipo de trabalho.

Para que a formação geral seja consistente, será fundamental que o aluno seja instruído no sentido de assumir uma posição crítica; tenha condições de alcançar uma apropriação adequada de instrumental teórico ordenador da sua reflexão e condutor das suas práticas antropológicas. Entretanto, é preciso estar sempre alerta para o que certa vez disse o mesmo Castro Faria: *“professores de antropologia com grau*

de Mestre... tentam reproduzir no ensino de graduação as mesmas práticas a que estiveram submetidos nos seus cursos de pós-graduação. Impõem-se as mesmas exigências de leitura, com farta indicação de monografias e de artigos dispersos e de difícil alcance longe de uma biblioteca especializada, e assim por diante. Nada de aulas expositivas – só seminários, discussões de textos” (idem).

No início o curso esteve bastante vocacionado para a etnologia indígena, até porque os primeiros professores concursados... está aqui o professor Juan Carlos, o professor Benedito Maciel e o professor Rodrigo Reis (atual coordenador do colegiado do curso de antropologia de Benjamin Constant), que não estão presentes, tinham uma tendência, inclusive eu que fui o quarto professor a assumir também como docente do curso, vieram da área da etnologia indígena, ou direcionavam seus projetos preferencialmente para essa área. Tanto é assim que dois dos três primeiros docentes que tomaram posse foram para a cadeira de antropologia Indígena e um para a de sociologia. Então, uma das críticas dos alunos era quanto a essa tendência do curso de antropologia de ficar muito limitado à etnologia indígena, muitos dos nossos alunos reclamam disso. E aí acontece que também nessa região há uma forte aversão e preconceito contra os índios, porque houve muitos conflitos entre madeireiros e indígenas e muitas pessoas interessadas na exploração de recursos dessa região, e muitos dos nossos alunos são dessas famílias tradicionais da região que tem ou tiveram conflitos com os índios. Então, eles já trabalham criando essa aversão por essa questão da antropologia estar voltada para a etnologia indígena e para a questão do índio.

O curso de graduação está estruturado para formar antropólogos e não especialistas em etnologia indígena. Se os três primeiros professores concursados tinham parte da sua formação na própria UFAM, atualmente o corpo docente que leciona no curso é constituído por professores originários de diferentes instituições de ensino brasileiras. Então, o professor Michel Justamand que está aqui tem doutorado na PUC de São Paulo. Veio outra lá do Rio Grande do Sul. Então, eu fiz uma lista dos professores do curso, que poderemos visualizar ao final desta fala. Ao total hoje temos 11 professores da área lecionando no curso de antropologia, sendo que dois deles são de sociologia, os ou-

tros nove são da área de antropologia. A maioria deles com mestrado e doutorado, senão na área de antropologia, na área de ciências sociais e um com uma formação mais sólida na área de história também. Então, o corpo docente nesse sentido já se encontra bastante capacitado para poder desempenhar um bom trabalho. Ainda falta lá muita estrutura, por exemplo, quanto à biblioteca, tem os programas das disciplinas, para a elaboração do projeto pedagógico do curso, o Melatti participou como consultor. Então, tem uma bibliografia muito bonita e imensa em cada programa só que de difícil acesso para nós, não tinha esses livros e textos na biblioteca do Instituto. A constituição de uma pequena bibliografia para uso dos alunos era muito difícil, e impunha sérias limitações, dada a carência de obras especializadas para cada disciplina na biblioteca local e as dificuldades operacionais por parte das reprografias e financeiras da parte dos alunos, entre outras. Então não basta apresentar um rol de disciplinas, mesmo que venham elas acompanhadas de ementas. É indispensável que os programas sejam acompanhados da bibliografia que será usada.

Quanto ao aspecto físico, o Instituto mais parecia uma escola pública de baixa qualidade, sem condições de os professores e alunos trabalharem: sem laboratório de computação com internet banda larga, sala adequada para atendimento de alunos, preparação de aulas e avaliação de trabalhos, moradia estudantil, restaurante universitário, nada disso que você vê nas grandes universidades públicas. Assim, se conseguimos compensar com a formação de um corpo docente qualificado, faltava uma estrutura física, mas as coisas estão melhorando aos poucos né.

O Instituto, por meio do colegiado de Antropologia, está se constituindo num centro de referência para os indígenas que recorrem em busca de apoio para assessorar seus trabalhos relativos à saúde, educação, delimitação de terras, mas também para palestrar e apresentar seus rituais e para outros grupos também, e de referência para antropólogos, brasileiros e estrangeiros que por lá passam a caminho das sociedades indígenas ou não-indígenas que pretendem estudar. Tais como os antropólogos Jean-Pierre Chaumeil, Bárbara Arisi e Javier Ruedas. Também por causa da diversidade étnica da região, de início destacamos um interesse generalizado pela problemática do índio.

Esse quadro vem mudando. Hoje temos uma diversidade temática que envolve questões de gênero, saúde, antropologia da arte, direito, religiosidade etc. Com a abertura de novas vagas para concurso e a vinda de novos professores criaram-se amplas possibilidades, e novas opções tornaram-se possíveis, em termos de orientações aos alunos, programas e bibliografias. As condições estruturais do Instituto não foram, entretanto, substancialmente melhoradas, o que reflete diretamente na formação dos futuros antropólogos. Agora estamos ansiosos pela inauguração de um novo prédio, pois a obra já está atrasada a mais de anos. Como já temos o número considerável de professores, alguns desses professores, inclusive eu e outro colega, o Adailton da Silva já puderam se afastar temporariamente para concluir o doutorado, para poderem ter uma qualificação melhor.

Agora, um desafio que os alunos pensam, e eles colocam para a ABA também, é essa questão da profissionalização, estão preocupados com o futuro deles, quer dizer, vemos que na ABA há um reconhecimento dos profissionais que têm mestrado, doutorado, eles pensam: “e nós que somos do bacharelado em antropologia, graduação, qual vai ser a aceitação por parte dos nossos pares? como vai ser essa concorrência, será que vamos ter condições de competir com os outros profissionais que tem grau de formação maior? vai haver campo de trabalho e pesquisa para tantos antropólogos que estão sendo formados?”. A profissão de Antropologia encontra-se amparada nos Estatutos da ABA para profissionais pós-graduados em nível de mestrado ou Doutorado em Antropologia. Fará parte da estratégia política do Curso, fazer gestão junto à ABA para que os Bacharéis em Antropologia formados pela UFAM sejam reconhecidos como antropólogos pela entidade. Assim também como pode ser articulado, junto aos órgãos competentes a regulamentação da profissão de Antropólogo.

Mas há também por parte da nossa clientela lá uma diferença em relação, por exemplo, a SP, eu estudei no interior do estado de São Paulo, na UNESP, fiz graduação em ciências sociais, via-se que os alunos, bem eles tinham condições sócio-econômicas e apoio da Universidade melhores lá em São Paulo, quase todos eles eram solteiros, aqui não, no Alto Solimões... Além de vocês saberem dessa omissão por parte do Estado, o Estado é pouco presente na região, temos que

muitos jovens se casam cedo, então grande parte dos nossos alunos, como eles mesmos falam, são mães, pais de família, a maioria deles trabalha. Então a antropologia não aparece como uma prioridade na vida deles, mas a questão da família, da sobrevivência e outras mais... É muito difícil você fazer que o aluno acompanhe o curso sem, em algumas aulas, sair para cuidar do filho (a), ter de trabalhar durante a aula, o curso é diurno né. O aluno às vezes está na aula e tem de sair para fazer um “bico” ou ir a algum lugar que ele tem de estar presente. Então, tem essa questão do aluno que trabalha, do aluno que é mãe e pai de família ainda jovem, esses são alguns dos muitos obstáculos que enfrentamos. Mas temos a perspectiva de que as coisas podem melhorar.

O Projeto Pedagógico do curso prevê a habilitação e instrumentalização do aluno de Antropologia para o exercício do trabalho profissional, oferecendo-lhe uma formação acadêmica que lhe possibilite estimular o diálogo de saberes com as culturas tradicionais indígenas e não indígenas fortalecendo o desenvolvimento de saberes científicos e não-científicos para a sustentabilidade cultural e ambiental da região. A criação do Curso de Graduação em Antropologia em nível de bacharelado deve compreender e interagir com o espaço geográfico considerando os países vizinhos: Colômbia e Peru. Agora lá temos mais relações com a Colômbia, de vez em quando, professores e alunos vão para Bogotá, e principalmente para Letícia que fica logo depois da fronteira onde tem um campus da Universidade Nacional da Colômbia, onde já tem um programa de mestrado em Estudos Amazônicos. Então, tem essa relação maior com a Colômbia, em menor grau com o Peru, do que mesmo com o resto do Brasil porque é muito mais fácil ir até Bogotá do que até Manaus porque o custo é mais alto do que para Bogotá, sem falar nos centros aqui do Brasil no Sul e no Sudeste, nem se fale. Há esse diálogo, essa abertura maior com os países vizinhos do que com esses centros de excelência do nosso país.

Ao refletir sobre a questão da identidade da antropologia percebemos que a mesma torna-se flexível e o seu espaço se abre à contribuição de outros saberes de acordo com o contexto local onde o curso está inserido. Desse modo da mesma forma que falamos em identidades múltiplas podemos falar, para o caso da antropologia no Brasil, de uma antropologia plural. Valeu!

ANEXO

1. CORPO DOCENTE E TÉCNICO

1.1 – Corpo Docente:

- Número de Professores Previstos: 15 (quinze).
- Quadro atual de Professores do Curso de Bacharelado em Antropologia

Nº. Nome - Titulação - Área de Concurso

1. Benedito do Espírito Santo Pena Maciel – Graduado em História - UFAM (2000); Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM (2003) - Área de Conhecimento: Antropologia Indígena;

2. Juan Carlos Pena Márquez - Doutor em Ciências Sociais – Unicamp (2008); Mestre em Educação - UFAM (2003); Graduado em Sociologia - Universidad Nacional de Colombia (1997) - Área de Conhecimento: Antropologia Indígena;

3. Rodrigo de Oliveira Braga Reis - Graduado em Ciências Sociais – UFAM (2004); Especialização em Movimentos Sociais, Organizações - UFMG (2006). - Área de Conhecimento: Sociologia Geral/ Sociologia da Educação;

4. José Maria Trajano Vieira – Graduado em Ciências Sociais – UNESP (1998); Mestre em Antropologia Social – UFPR (2005); doutorando em Antropologia Social – Unicamp (2006) – Área de Conhecimento: Antropologia Social;

5. Gilse Elisa Rodrigues – Graduada em Ciências Sociais (bacharelado) - PUC/RS (1992); Graduada em Ciências Sociais (licenciatura) – UFRGS (1998); Mestre em Antropologia Social - UFRGS (2002). Área de Conhecimento: Antropologia/Teoria Antropológica;

6. Adailton da Silva - Graduação em Ciências Sociais – UFRJ (2003); mestre em Antropologia Social – UnB (2006); Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos - UFBA (2008). Área de Conhecimento: Antropologia/Teoria Antropológica;

7. Michel Justamand – Graduado em História - PUC/SP (1999); Graduado em Pedagogia - Universidade Nove de Julho (2003); mestre em Comunicação e Semiótica – PUC/SP (2002); doutorado em Antropologia - PUC/SP (2007). Área de Conhecimento: Antropologia/Etnologia Indígena;

8. Rafael Pessôa São Paio - Graduado em Escultura – UFRJ (1999); Mestre em Ciências da Arte - UFF (2003); Doutorado interrompido em 2007 em Antropologia Social – UFRJ - Área de Conhecimento: Antropologia/Etnologia Indígena;

9. Cristian Farias Martins - Doutor em ciências sociais - CEPPAC (2010); Mestre em Ciências Sociais – CEPPAC (2006); Graduado em Ciências Sociais – UnB (2003); Área de Conhecimento: Antropologia/Antropologia Urbana;

10. Tharcísio Santiago Cruz - Graduação em Ciências Sociais. UFAM (2002); Especialização em Ética – UFAM (2002); Mestrado em andamento em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – UFAM (2006). Área de Conhecimento: Sociologia/Fundamentos de Sociologia;

11. Flávia Melo da Cunha – Graduada em Ciências Sociais – UFAM (2002); Mestre em Antropologia Social – Unicamp (2008) Área de conhecimento: Antropologia/Teoria Antropológica.

Além desses temos professores de outros cursos, que ministram aulas no Curso de Antropologia, nas seguintes disciplinas: Português Instrumental, Língua Espanhola, Introdução à Lingüística, Informática Básica, Introdução à Filosofia, Matemática e Estatística, Metodologia do Ensino e da Pesquisa, Psicologia Geral e Administração - Gestão Organizacional.

1.2 – Corpo Técnico-Administrativo:

1. Fabiula Lima - Técnico de Laboratório de Antropologia.